

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Aspectos da rescisão dos contratos administrativos*
Heraldo Garcia Vitta 17
- A importância do giro linguístico*
Eliana Borges de Mello Marcelo 33
- Desafios para a construção da igualdade de gênero: os novos direitos constitucionais*
Paula Loureiro da Cruz 61
- A atividade de radiodifusão a partir da EC nº 08/1995: da atipicidade das condutas previstas no artigo 70 da Lei nº 4.117/1962 e no artigo 183 da Lei nº 9.472/1997*
Raecler Baldresca 81

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Ação Civil Pública. Expedição de carteira profissional condicionada à regularidade financeira perante a OAB/SP. Resolução nº 07/2002 do Conselho Federal da OAB. Ilegalidade. ApelReex 0003163-94.2003.4.03.6100*
Desembargadora Federal Diva Malerbi 99
- Patente de invenção. Modelo de utilidade. Inovação. Estado da técnica. Apelação improvida. AC 0005447-94.2003.4.03.6126*
Desembargadora Federal Cecilia Mello 106
- Pensão ex-combatente. Lei nº 8.059/1990. Filha inválida. Direito à pensão independentemente do estado civil.*
Ag AMS 0001895-43.2005.4.03.6000
Desembargador Federal Luiz Stefanini 114
- Militar temporário. Acidente em serviço. Incapacidade definitiva comprovada. Reforma "ex officio". Responsabilidade civil do Estado. Ausência de nexo causal. Danos não comprovados.*
Ag ApelReex 0009123-98.2007.4.03.6000
Desembargador Federal Cotrim Guimarães 120

Conselho Regional de Química. Auto de infração. Empresa de embalagens. Resistência à fiscalização.

AC 0003126-44.2011.4.03.6114

Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 135

Pregão eletrônico. Não atendimento do edital. Aplicação de multa. Proporcionalidade. Substituição da penalidade. Redução da multa. Impossibilidade.

Ag AC 0020005-03.2013.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 139

Serviço público. Contrato temporário. Licença-maternidade. Estabilidade provisória. Proteção à maternidade.

AMS 0000816-14.2014.4.03.6000

Desembargador Federal Mairan Maia..... 144

Ação Civil Pública. Cumprimento provisório de sentença coletiva. Art. 475-O do CPC. Leitos de UTI. Embargos de Declaração. Omissão inexistente.

EDcl AI 0008114-15.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 148

Portaria da Secretaria da Educação. Devolução de carteira profissional de corretor de imóveis. CRECI. Curso técnico. Colégio Litoral Sul. Inscrição cancelada.

Ag AMS 0016142-05.2014.4.03.6100

Desembargador Federal Antonio Cedenho 151

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Audiência de conciliação. Formalização de acordo. Possibilidade. Assunção de obrigações pelos DNIT e DER/SP no sentido de evitar atrolamento de animais silvestres na Rodovia Fernão Dias. Não cumprimento do acordo. Alegação de inexecutabilidade das obrigações. Transmutação de liminar em sentença homologatória.

AC 0029546-46.2002.4.03.6100

Desembargador Federal André Nabarrete 159

Ação Civil Pública. Depósito e remessa (através dos Correios) de quase três mil espécimes da fauna nacional (insetos) ao exterior. Biopirataria em grande escala (irrelevância dos animais estarem mortos). Dano ambiental manifesto (lesão à fauna e ao bioma).

AC 0003960-31.2007.4.03.6100

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo.....176

DIREITO CIVIL

Ação de indenização. Roubo durante transporte de valores de agência da CEF. Lesão corporal gravíssima. Danos materiais, morais e estéticos indenizáveis. Pensão vitalícia. Juros de mora. Correção monetária sobre os danos moral e estético. Termo inicial. Data do arbitramento.

AC 0000049-76.2006.4.03.6122

Desembargador Federal Hélio Nogueira 183

Responsabilidade civil. Atraso na implantação benefício previdenciário. Auxílio-acidente. Greve. Caracterizado dano moral “in re ipsa”. Excludente de responsabilidade afastada. Dano material já ressarcido.

AC 0020124-14.2007.4.03.9999

Desembargador Federal Nery Júnior..... 196

Indenização por danos morais. Violação da conta poupança por terceiro. Instituição bancária. Situação de aborrecimento.

Ag AC 0006337-88.2011.4.03.6114

Desembargador Federal Marcelo Saraiva205

DIREITO CONSTITUCIONAL

Pedido de suspensão de medida liminar expedida em interdito proibitório. Demarcação da terra indígena homologada pelo Presidente da República, por meio de Decreto. Ato suspenso, liminarmente, há mais de dez (10) anos, pelo STF. Perícia antropológica reconhecendo a tradicionalidade da ocupação da área pela comunidade indígena. Afirmação de que os índios não estão dispostos a deixar a área e pretendem resistir até a morte, no caso de desocupação.

SLAT 0022953-11.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto211

DIREITO PENAL

Competência da Justiça Federal. Conexão probatória. Uso de CNH falsa. “Emendatio libelli”. Prescrição da pretensão punitiva reconhecida de ofício.

ACr 0014906-95.2003.4.03.6102

Juíza Federal Convocada Denise Avelar.....217

Ação Penal Originária. Delito de falsidade ideológica. Condenação decretada.

APN 0043847-52.2008.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior224

Máquinas caça-níqueis. Peças de origem estrangeira. Insignificância. Inaplicabilidade. Princípio da consunção. Contravenção penal de exploração de jogo de azar e delito de contrabando. Inaplicabilidade.

ACr 0000467-24.2009.4.03.6117

Desembargador Federal André Nekatschalow238

Crime de redução à condição análoga à de escravo. Art. 149 do CP. Crime de natureza permanente. Concurso formal.

ACr 0007306-96.2011.4.03.6181

Desembargador Federal José Lunardelli 247

Tráfico internacional de drogas. Transporte público. Causa de aumento do art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006.

ElfNu 0000400-48.2012.4.03.6119

Desembargador Federal Maurício Kato 259

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria proporcional por tempo de contribuição. Reexame disposto no art. 543-C do CPC. REsp nº 1.348.633-SP. Possibilidade de reconhecimento do período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo juntado como início de prova material. Julgamento reconsiderado.

AC 0032761-65.2005.4.03.9999

Desembargador Federal Souza Ribeiro 269

Embargos Infringentes em Ação Rescisória. Art. 485, IX, do CPC. Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Erro de fato. Ocorrência.

EI 0052487-78.2007.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto 273

Juízo de retratação. Cumulação de benefícios. Auxílio-acidente e aposentadoria. Critério para recebimento conjunto. Lesão incapacitante e aposentadoria anteriores à publicação da MP nº 1.596-14/1997.

AC 0004252-24.2009.4.03.6107

Desembargador Federal Gilberto Jordan 292

Tempo de serviço rural. Regime de economia familiar. Concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade reconhecida no julgamento das ADIS 4.357 e 4.425. Aplicação.

Ag AC 0017488-70.2010.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Carlos Francisco 297

Pensão por morte de genitora. Incapacidade anterior à data do óbito. Comprovada a qualidade de dependente. Dependência econômica presumida.

Ag AC 0000430-59.2012.4.03.6127

Desembargador Federal Newton De Lucca 306

Representativos de controvérsia. Prévio requerimento administrativo. Modulação de efeitos estabelecida no RE nº 631.240/MG.

Ag AC 0000127-59.2013.4.03.6111

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 310

Aposentadoria por invalidez. Auxílio-doença. Interesse processual presente.

Ag AC 0001151-16.2013.4.03.6114

Desembargador Federal Paulo Domingues 314

Pensão por morte. Preenchidos os requisitos para a concessão do benefício. Ex-cônjuge separada judicialmente.

EDcl AC 0001320-12.2013.4.03.6111

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 319

Atraso na emissão e envio da carta de concessão. Irregularidade não ensejadora de indenização por danos morais. Contribuinte individual que efetua pagamento de contribuições intermitentes. Atividade laborativa exercida continuamente. Apuração da RMI do auxílio-doença. Meses em que a contribuição foi inferior ao salário mínimo. Peculiaridades do caso.

AC 0002291-15.2013.4.03.6105

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 327

Embargos Infringentes. Aposentadoria por idade de rurícola. Inexistência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao cumprimento do requisito etário ou requerimento do benefício.

EInf 0013935-10.2013.4.03.9999

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 333

Mandado de Segurança do INSS contra ato judicial de Juízo Estadual determinativo de pagamento de pensão por morte em processo para reconhecimento de união estável, do qual não foi parte.

MS 0019844-57.2013.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 352

Aposentadoria por idade rural. Migração do cônjuge para as lides urbanas. Descaracterização da condição de trabalhadora rural. Não implementação dos requisitos. Alegação de contradição e omissão no agravo legal. Erro grosseiro. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade.

Ag AC 0023062-69.2013.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira 365

Ação Rescisória. Pedido de pagamento de atrasados decorrentes de revisão administrativa do benefício. Análise de causa de pedir e pedido diversos (negativa de pedido de revisão já efetuado). Julgamento “extra petita”. No rejuízo, deferimento do pleito, pois a autarquia não comprovou ter efetuado o pagamento.

AR 0031117-33.2013.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 370

Renúncia à benefício previdenciário. Desaposentação. Concessão de nova aposentadoria com proventos mais vantajosos no mesmo regime previdenciário. Adoção do entendimento sedimentado no C. STJ e na C. 3ª Seção desta Corte Regional, com a ressalva do posicionamento do relator.

AC 0002548-37.2014.4.03.6127

Juiz Federal Convocado Carlos Delgado 384

Decadência (art. 103 da Lei nº 8.213/1991). Inaplicabilidade. Matéria repetitiva. Desapontamento. Renúncia à aposentadoria requerida por dependente. Impossibilidade. Direito personalíssimo.

AC 0029651-09.2015.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia 393

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Julgamento por decisão monocrática. Art. 557 do CPC. Auxílio-acidente. Competência do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ag ApelReex 0002663-02.2005.4.03.6183

Juiz Federal Convocado Valdeci dos Santos..... 399

Sentença transitada em julgado e fundamentada em preceito normativo posteriormente declarado inconstitucional pelo STF. Inexistência de efeito automático da decisão proferida pela Suprema Corte em relação a atos pretéritos. Ação rescisória. Decadência. Agravo regimental desprovido.

AgRg AR 0009311-68.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 404

Acordo celebrado em Ação Civil Pública. Revisão de benefício. Pagamento imediato das diferenças indevido.

Ag ApelReex 0025530-35.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 407

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Embargos infringentes. Crimes de falsidade ideológica e estelionato qualificado. Prescrição da pretensão punitiva. Extinção da punibilidade declarada de ofício. Superveniente ausência de interesse processual.

EIfNu 0001951-63.2003.4.03.6124

Juiz Federal Convocado Wilson Zauhy..... 413

“Habeas Corpus”. Medidas cautelares diversas da prisão. Paciente que trabalha no exterior, em cidade fronteira. Proibição de ausentar-se do Brasil. Ilegalidade.

HC 0017812-11.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Nino Toldo 422

“Habeas Corpus”. Substituição de testemunha de defesa. Art. 408 do CPP. Cerceamento de defesa. Não configuração. Ordem denegada.

HC 0018270-28.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes 426

DIREITO TRIBUTÁRIO

IRPJ. IRRF. CSLL. Indenização por desapropriação. Não incidência.

ApelReex 0007847-86.2008.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira 431

Recurso Especial. Acórdão que manteve sentença denegatória da segurança. Impetração visando garantir o direito de efetuar parcelamento de débitos no prazo de 180 meses. Tratamento especial à empresa em recuperação judicial, como forma de preservação da unidade geradora de empregos.

REsp AMS 0017257-32.2012.4.03.6100

Desembargadora Federal Cecília Marcondes 437

Execução Fiscal. Programa de arrendamento residencial. Caixa Econômica Federal. Propriedade fiduciária. Legitimidade. IPTU. Imunidade recíproca.

AG AI 0004423-56.2015.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre 441

SENTENÇAS

Ação Penal. Pronúncia. Designação de júri. Crime de desobediência. Tentativa de homicídio duplamente qualificado.

0001733-96.2006.4.03.6005

Juiz Federal Roberto Brandão Federman Saldanha 451

Ação Penal. Crime da falsificação de selo ou sinal público. Crime contra a fauna. Manutenção de aves silvestres em cativeiro com anilhas adulteradas.

0003220-27.2014.4.03.6133

Juiz Federal Tiago Bitencourt De David 454

Ação Penal. Desvios de recursos públicos e fraudes em licitações praticados, em tese, por organização criminosa que veio a ser conhecida pelo epíteto “máfia dos sanguessugas”.

0005616-66.2010.4.03.6181

Juiz Federal Ali Mazloum 460

Ação Penal. Invasão, pichação e dano a prédio do INSS.

0005871-78.2012.4.03.6108

Juiz Federal José Francisco da Silva Neto 475

Ação Ordinária. Pleito de responsabilidade civil da ANVISA. Danos morais e materiais. Próteses mamárias adulteradas. Conduta clandestina do fabricante.

0006735-83.2012.4.03.6119

Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 481

Ação Ordinária. Correios. Concurso público. Desclassificação em exame pré-admissional.

0001229-28.2013.4.03.6108

Juiz Federal Joaquim Euripedes Alves Pinto 487

Ação de indenização. Reparação civil por danos materiais e morais. Vícios construtivos em imóvel adquirido mediante mútuo financeiro.

0009058-88.2013.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 494

Ação Civil Pública. Programa federal "Farmácia Popular". Comercialização e dispensação de medicamentos fora da estrita observância das regras de execução. Fraude. Ausência de estoque suficiente na empresa para as dispensações realizadas. Fraude em receituários médico. Dispensação de medicamentos incluídos no programa a pessoas falecidas.

0000149-68.2014.4.03.6116

Juiz Federal Luciano Tertuliano da Silva 501

Ação Penal. Roubo a estabelecimento comercial. Organização criminosa armada.

0000350-03.2014.4.03.6135

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 513

Ação Civil Pública. Interesses difusos. Cancelamento de autorizações de queima controlada da palha de cana-de-açúcar nas plantações situadas na área de abrangência da Subseção Judiciária de Limeira e o impedimento de emissão de novas autorizações de queima sem as providências necessárias.

0002023-07.2014.4.03.6143

Juiz Federal Marcelo Jucá Lisboa 550

Ação Civil Pública. Condenação da OAB em obrigação de fazer e pagamento de indenização. Atendimento de requisições da Procuradoria do Trabalho em inquéritos civis. Sigilo de processos disciplinares.

0007793-50.2014.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 563

Ação Penal. Uso de documentos falsos (cédula de identidade e relatórios médicos) perante a Agência da Previdência Social. Tentativa de obtenção de vantagem patrimonial ilícita em detrimento do INSS, representada pelo recebimento indevido de auxílio-doença, mediante fraude.

0000489-72.2015.4.03.6117

Juiz Federal Danilo Guerreiro de Moraes 568

Decisão. Suspensão das atividades da FAMAR – Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília. Pedido para compelir a União a designar auditores para auxiliar nos trabalhos de investigação e, ainda, para apresentar plano de auditoria no complexo Assistencial FAMEMA.

0002822-15.2015.4.03.6111

Juiz Federal José Renato Rodrigues..... 579

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região.....589

Súmulas da Turma Regional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 593